

**COMISSÃO DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 885, DE 2019**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 885, DE 2019**

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para alterar disposições acerca do Fundo Nacional Antidrogas, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

**EMENDA Nº**

Inclua-se no art. 2º da Medida Provisória nº 885, de 2019, o § 14, do art. 62, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, com a seguinte redação:

“Art.62.....  
.....

§ 14. As embarcações, veículos e aeronaves que não tenham sido requeridas poderão ser utilizadas para transporte escolar de Municípios ou Estados.”(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A utilização de embarcações, veículos e aeronaves de que trata o art. 61, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 é medida racional e



aproveita os bens utilizados em cometimento de crimes relativos ao tráfico ilícito de drogas para uso de interesse público.

Assim, propomos que os bens que não forem aproveitados pelos órgãos de polícia judiciária, militar e rodoviária poderão ser utilizados por Municípios e Estados, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público e garantida a prévia avaliação dos respectivos bens, para transporte escolar.

Em face do exposto, não há razão maior do que as trazidas aqui para incluir utilização de veículos apreendidos para transporte escolar em Estados e Municípios.

Sala da Comissão, em 24 de junho de 2019.

Deputado HILDO ROCHA